

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Lilian Cristina de Souza

**SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
PROPOSTA DE AGENDA AMBIENTAL NA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2016

Lilian Cristina de Souza

**SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
PROPOSTA DE AGENDA AMBIENTAL NA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior.

Linha de Pesquisa: Sustentabilidade

Orientador: Prof. Reinaldo Trindade Proença

Belo Horizonte

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título do TCC: PROPOSTA DE AGENDA AMBIENTAL NA FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Nome do Aluno: Lilian Cristina de Souza

Trabalho de conclusão do Curso, modalidade especialização, defendido junto ao Programa de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – aprovado pela banca examinadora, constituída pelos professores:

Orientador: Reinaldo Trindade Proença

Avaliador

Avaliador

Belo Horizonte
2016

RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar que uma nova visão de mundo está ganhando cada vez mais espaço entre as pessoas nos dias atuais e questionamentos sobre meio ambiente e uma melhor qualidade de vida surgem a todo momento. Nesse contexto, a Educação Ambiental tem se tornado tema relevante por visar e proporcionar a melhoria da qualidade dos ambientes no planeta, bem como a valorização e a formação de um novo estilo de vida, que evita o desperdício dos recursos naturais e a degradação ambiental. Esse projeto objetiva a implantação de um programa desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, e propõe a conscientização e preparação dos gestores públicos para adoção de critérios e práticas sustentáveis em suas atividades cotidianas visando a melhoria contínua da qualidade de vida e principalmente do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Educação ambiental. Gestão pública. Qualidade de vida. Sustentabilidade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
1.1	Objetivos.....	7
1.1.1	Objetivo geral.....	7
1.1.2	Objetivos específicos.....	7
1.2	Justificativa.....	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	Faculdade de Odontologia da UFMG.....	9
2.2	Agenda ambiental na administração pública.....	10
2.3	Educação: discutindo ambiente.....	12
3	METODOLOGIA.....	18
4	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	20
5	CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO.....	25
6	CONCLUSÃO.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX a vida na face da terra tem sido transgredida em todos os níveis e formas. As aceleradas transformações socioeconômicas e culturais têm com todos os padrões e comportamentos éticos e o desdobramento dessas mudanças ocorre em todos os níveis e para quase todos os habitantes da terra, indistintamente.

O capitalismo do mundo contemporâneo desenhou a atual configuração socioespacial e a degradação da qualidade ambiental vem exigindo novas posturas éticas, fundadas em uma “ética do futuro”. Vivemos em um mundo onde se percebe claramente um enorme e aparente desequilíbrio, de um lado está a geração de riquezas e de outro a miséria, a degradação ambiental e a crescente poluição.

Diante desse contexto surgiu em 1987 o documento Our Common Future (Nosso Futuro Comum) ou Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que tem como ideia central o Desenvolvimento Sustentável relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, conciliando tal desenvolvimento com a preservação ambiental.

A sociedade como um todo é responsável por preservar o meio ambiente, mas vale destacar que o governo assume um papel essencial já que é responsável pela articulação e criação de políticas públicas através de medidas e instrumentos que objetivam influenciar o comportamento de diferentes atores e fomentar a qualidade ambiental. (STRAUCH, 2008)

O poder público, tanto no âmbito nacional, como nos estadual e municipal, deve atuar de maneira a proporcionar condições para o cumprimento de programas que abranjam desde a normatização de melhorias nas instalações prediais, como exemplo: obras de infraestrutura com sistemas de água e esgoto que primem pelo não desperdício e pelo tratamento dos dejetos, uso de novos materiais na construção civil, aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, reciclagem de materiais, não desperdício de água e de alimentos, diminuição no uso de produtos químicos prejudiciais à saúde nos processos de produção alimentícia, entre outras.

O planejamento é uma ferramenta de intervenção na realidade onde se busca obter uma situação num período de tempo determinado. No setor privado o objetivo

primordial é o retorno financeiro e no setor público é proporcionar benefícios sociais através do desenvolvimento associado a um processo de melhoria e transformações.

O planejamento governamental é um processo contínuo de negociação entre o Estado e a sociedade, e dessas negociações (que são permeadas por conflitos sociais) adquire-se os avanços do exercício da cidadania e em última instância da própria democracia.

A criação pelo Ministério do Meio Ambiente no final de 1999, da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, oficializada pela Portaria Nº 510/2002, significa um grande avanço nas questões ambientais desenvolvidas no país, já que o programa destina-se a instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando a sensibilização dos servidores para o combate ao desperdício e à busca de uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Vários órgãos de todas as esferas já aderiram ao programa indicando dessa forma uma nova tendência de adequação das instituições do poder público à política de prevenção dos impactos negativos ao meio ambiente.

Este trabalho tem por objetivo a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada na cidade de Belo Horizonte.

A Agenda Ambiental é um programa estratégico do Ministério do Meio Ambiente voltado para a sustentabilidade socioambiental da administração pública e significa uma revisão de padrões de produção de consumo, além de propor um novo modo de responsabilidade (compartilhada) nas atividades econômicas, administrativas e operacionais do Governo.

O programa aborda, sobretudo, questões como: O que fazer com o crescente volume de lixo se acumula na Administração Pública? Como usar de forma adequada os recursos naturais – água e energia, dentro da instalação predial ocupada pela administração pública? Como ter certeza de que o governo adquire produtos de empresas que respeitam o meio ambiente? Como capacitar gestores públicos em relação às questões ambientais? Como a Administração Pública pode incorporar, nas suas atividades de rotina, os princípios do desenvolvimento sustentável?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo desse trabalho é propor uma agenda ambiental na Faculdade de Odontologia, levando à economia de recursos e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Sensibilizar a diretoria da Faculdade de Odontologia para as questões socioambientais;
- b) Promover o uso racional dos recursos naturais e redução de gastos na Faculdade de Odontologia;
- c) Contribuir para melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- d) Combate a todos as formas de desperdício dos bens públicos e recursos naturais;
- e) Inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compra e contratações públicas;

1.2 Justificativa

A Faculdade de Odontologia é uma grande consumidora de recursos naturais, e de bens e serviços, nas suas atividades meio e finalísticas. Dessa forma, revisando seus padrões de produção e consumo e adotando novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, será indutora de novos critérios e práticas.

Assim, as instituições públicas devem ser referência na adoção de medidas que vise a redução de impactos socioambientais negativos, o consumo consciente com racionalização do dinheiro público e a minimização dos impactos nocivos ao meio ambiente e à sociedade, com redução de emissões do efeito estufa, diminuição da geração de resíduos e promoção de condições de trabalho decentes.

Quando se deseja implantar algum projeto no âmbito de um órgão ou instituição pública, deve-se levar em conta o Decreto Federal nº 1.171, de 22 de julho de 1994, que trata do código de ética do servidor público. Assim destacam-se os seguintes aspectos de cidadania:

- Participar de iniciativas voltadas à promoção de mudanças de comportamento e procedimentos visando usar racionalmente insumos e recursos naturais;

- Difundir e multiplicar conhecimento entre os demais servidores, especialmente aqueles que favoreçam mudanças de atitudes e melhor aproveitamento dos insumos;
- Comprometer-se com os critérios de mudanças, independentemente do nível de responsabilidade;
- Buscar zelar pelo patrimônio público que é bem de todos e adquiridos com a contribuição de todos os cidadãos.

Numa economia que ainda se caracteriza por elevado desperdício de recursos, surge mais que conveniente a iniciativa de difundir os princípios da gestão ambiental na Administração Pública, levando a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

A Faculdade de Odontologia deverá mudar procedimentos, estimulando o consumo responsável, o combate ao desperdício e a responsabilidade socioambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Faculdade de Odontologia da UFMG

A Faculdade de Odontologia tem 109 anos. Sua história começou a partir de uma reunião de pioneiros na casa do professor Manoel Teixeira de Magalhães Penido, em 3 de fevereiro de 1907. Em 4 de agosto, ocorreu sua instalação oficial como Escola Livre de Odontologia de Belo Horizonte. A escola foi integrada em 1927 à recém criada, Universidade de Minas Gerais, núcleo embrionário que constituiria mais tarde a UFMG. Após mais de um século de atuação, a unidade se tornou referência na área.

Em 2000, após quase 50 anos de jornada acadêmica na sede à Rua Conde de Linhares, a Faculdade de Odontologia da UFMG é inaugurada no Campus Pampulha. Com área construída de 20 mil metros quadrados, as novas instalações foram cuidadosamente planejadas para o ensino e a prática da Odontologia. Atravessando o século XX, Faculdade de Odontologia vem sendo firmada pela ousadia competência técnica e sensibilidade social, colocando-se como referência na Odontologia brasileira.

Com o novo prédio também tem os desafios, o momento em que vivemos é de correção de hábitos de desperdício e desatenção. Há a necessidade de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos. Essa abertura requer a participação de profissionais de todas as áreas, independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, em um processo, e este deve ser encarado com naturalidade e maturidade, pois, além de muito dinâmico, está voltado para as exigências da sociedade e sua economia de mercado.

O programa Agenda Ambiental na Faculdade de Odontologia, identificado como A3P, tem como perspectiva uma ação de caráter voluntário, que pretende induzir a adoção de um modelo de gestão pública que corrija e diminua impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. O meio próprio de conseguir isso é o uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos.

2.2 Agenda ambiental na administração pública

A Agenda Ambiental foi criada em 1999 como projeto do Ministério do Meio Ambiente, sendo instituído, dois anos depois, o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública, conhecido pela sigla A3P. O seu objetivo é conscientizar e sensibilizar os gestores públicos para a otimização dos recursos, para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho, além de incluir critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais.

A Agenda Ambiental foi reconhecida pelo UNESCO, em 2002, ganhando o prêmio “O melhor dos Exemplos”, na categoria Meio Ambiente, diante da sua importância, a A3P foi incluída no Plano Plurianual – PPA 2004/2007, no âmbito do programa de Educação Ambiental, garantindo recursos para que fosse efetivada, tornando-se referência de sustentabilidade nas atividades públicas.

A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a Agenda Ambiental passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

Nesse novo arranjo institucional a Agenda Ambiental conhecida como sigla A3P foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas na gestão pública que englobe a gestão ambiental, social e econômica.

A Agenda Ambiental na Administração Pública foi elaborada para ser um instrumento de sensibilização. Dessa forma, objetiva a construção de uma cultura institucional fundamentada na excelência da gestão ambiental (MMA-A3P, 2001).

A A3P constitui um programa que visa implementação da gestão socioambiental sustentável nos órgãos públicos. Para tal objetivo a Agenda foi estruturada a partir de cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que geram impactos socioambientais significativos.

Os cinco eixos temáticos prioritários da A3P – uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e licitações

sustentáveis encontram-se descritos a seguir:



Figura 1 – Cinco eixos temáticos prioritários da A3P. Fonte: Cartilha A3P, Ministério do Meio Ambiente.

- 1) **Uso racional dos recursos naturais e bens públicos:** Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos, implica em economia e redução do desperdício. Este eixo engloba o uso eficiente da energia, água e madeira, além do consumo racional de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
- 2) **Gestão adequada dos resíduos gerados:** A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir bens que geram impactos socioambientais negativos.
- 3) **Qualidade de vida no ambiente de trabalho:** A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador. A adoção de programas na qualidade de vida do funcionário prevê condições de segurança, saúde no trabalho, controle da jornada de trabalho e entre outras.
- 4) **Sensibilização e capacitação dos servidores:** A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O Processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de

competências institucionais e individuais e fornece novas oportunidades aos servidores.

- 5) Licitações sustentáveis: A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas contratações. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas, também apresentam uma melhor relação custo benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. Os gestores devem utilizar como referencial para as contratações a Instrução Normativa N.1, de 19 de janeiro de 2010, e a Portaria 02 SLTI de 16 de março de 2010.

2.3 Educação: discutindo ambiente

O planeta terra tem, aproximadamente 4,5 bilhões de anos, com existência de vida há mais de 3,5 bilhões. A espécie *Homo sapiens* surgiu no planeta terra há cerca de 195 mil anos e se desenvolveu principalmente nos últimos 10 mil anos. (Mendonça, 2005)

A humanidade começou afetar o meio ambiente de forma significativa e com impacto alarmante nos últimos 40 anos. Os problemas ambientais estão entre os inúmeros problemas que a humanidade criou, como consequência de sua busca incessante de evoluir e se desenvolver. (Mendonça, 2005)

Devido às muitas transformações sociais, econômicas e ambientais, advindas principalmente do avanço tecnológico e científico, nosso planeta foi sendo explorado de maneira predatória e na tentativa de se extrair os maiores benefícios para a sociedade humana, esses recursos que antes eram vistos como inesgotáveis foram se tornando escassos. Diante de fatos como a exaustão crescente dos recursos naturais e a alteração do clima, o problema da sobrevivência passou a ser uma questão real e presente em qualquer discussão sobre o futuro da humanidade. Estamos diante de uma crise sem precedentes. (Pádua, 2004)

Com o crescimento econômico e populacional em meados do século XX, o homem deparou-se com uma nova realidade. Após séculos de danos à natureza causados pela exploração desenfreada de seus recursos sem nenhum compromisso de poupá-la, surgiram os efeitos da crise ambiental, advindos da degradação dos sistemas naturais e sua consequente degradação das condições de vida da população. Essa nova visão da realidade ambiental fez surgir uma mudança na

consciência humana em relação ao modo de lidar com a natureza, já que essa mudança significa sua própria sobrevivência. Nesse sentido:

A ação da espécie humana, contudo, é uma qualidade única na natureza. Pois, enquanto que as modificações causadas por todos os outros seres são quase sempre assimiláveis pelos mecanismos auto-reguladores dos ecossistemas, não destruindo o equilíbrio ecológico, a ação humana possui um enorme potencial desequilibrador, ameaçando, muitas vezes, a própria permanência dos sistemas naturais. (Pádua, 2004, p.28)

O agravamento dos problemas ambientais está relacionado principalmente à forma como as novas descobertas científicas vem sendo aplicadas no processo produtivo e isso é uma característica inerente à modernidade, que mostra, acima de tudo, a incapacidade de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial. (DEMAJOROVIC,2003)

Os padrões de consumo observados nos países que se industrializaram primeiramente mostraram-se predatórios e insustentáveis, avançando sobre os recursos naturais em seu território e fora dele, e o estímulo ao consumo excessivo e a pouca preocupação em ofertar tecnologias e produtos menos nocivos ao meio ambiente agravam os problemas num âmbito global, ocasionando as mudanças climáticas, a poluição dos oceanos e a geração de lixo.

Atualmente a questão ambiental tornou-se uma das preocupações da sociedade moderna principalmente com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e a descoberta da necessidade de se conservar a natureza, já que a humanidade está percebendo que o todo é importante para o todo e tudo é importante para o todo. Por isso, a sustentabilidade precisa ser responsabilidade de todos, para se transformar de utopia ao cotidiano dos próximos anos. No Brasil, o crescimento econômico e a ascensão de grande parte dos brasileiros à classe média fez com que o país se deparasse com a oportunidade de delinear um novo padrão de desenvolvimento, atentando para princípios de adequada gestão de seus recursos naturais e concebendo formas de promoção do bem-estar humano sem a degradação de seu capital natural.

Está claro que a Ecologia por si não dá conta de reverter, impedir ou minimizar os agravos ambientais, já que esses dependem de mudanças de valores individuais e sociais que serão manifestados em ações que levarão à transformação da sociedade através da educação da população. Nesse sentido, observa-se que a

solução para os problemas ambientais da atualidade só poderá ser alcançada com uma ampla mudança na economia, na cultura e na própria maneira dos homens se relacionarem entre si e com natureza.

A educação ambiental forma e prepara os cidadãos para fazerem reflexões críticas e desenvolverem ações sociais corretivas e transformadoras, viabilizando o desenvolvimento integral dos seres humanos. De acordo com Canãl:

A educação ambiental pode ser conceituada como o processo pelo qual o indivíduo consegue assimilar os conceitos e interiorizar as atitudes mediante as quais adquire as capacidades e comportamentos que lhe permitem compreender e julgar as relações de interdependência estabelecidas entre a sociedade, com seu modo de produção, sua ideologia e sua estrutura de poder dominante, e seu meio biofísico, assim como para atuar em conseqüências com a análise efetuada. (Canãl, 1986, p.104)

Ainda nesse sentido e segundo o documento final da Conferência de Tbilisi, a educação ambiental é o resultado de uma reorientação e articulação das diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente fazendo possível uma ação mais racional e capaz e responder às necessidades sociais. (IBAMA, 1977,p.106)

Por outro lado, para Dias, a educação ambiental é dimensão da educação formal que se orienta para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoque interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (Dias, 1992)

É certo, ainda, que somente a consciência ecológica não garante uma ação transformadora, é preciso que os conhecimentos e habilidades sejam incorporados e que as atitudes tenham valores éticos e de justiça social, já que essas atitudes estarão predispostas à ação.

A esse respeito Philippi Jr. E Pelicioni referem:

A humanidade necessita de uma nova concepção científica, um novo projeto civilizatório que leve em consideração a questão da universalidade do ser humano dentro de um processo histórico onde necessariamente deve-se estabelecer a ética da promoção da vida, o que exige reflexões e ações sobre as desigualdades, sobre a pobreza, sobre a exclusão da maioria ao acesso a bens e serviços, sobre as práticas e relações de consumo. Isso impõe a reconstrução de paradigmas e das relações do ser humano com a natureza, isso impõe uma reflexão contínua a partir da sua ação. (Philippi Jr. E Pelicioni, 2002).

São intocáveis os fatores que têm contribuído para agravar a crise ambiental e é impróprio acreditar que os impactos ambientais sejam consequência unicamente da explosão demográfica dos últimos tempos ou pela crescente urbanização e industrialização.

O debate homem versus natureza deve ser entendido, principalmente, em sua dimensão política, no sentido de preparar os cidadãos para exigir justiça social, cidadania e ética nas relações sociais e com a natureza. Dessa forma, tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade, haverá mudança de comportamento e conseqüentemente mudanças no sistema, mesmo que os resultados não sejam imediatos.

Em um contexto globalizado, o conceito de cidadania incorporou outras participação e responsabilidade nas questões da humanidade (minorias, exploração infantil, fome, doenças epidêmicas, entre outras). A cidadania envolve complexos conjuntos de direitos e responsabilidades sociais não mais limitados ao Estado-Nação e sim pensados, produzidos e reproduzidos e sentido global, conforme salienta Scherer:

Para que se possa falar na construção de uma cidadania plenária, é necessário avaliar se as práticas destas múltiplas redes de movimentos estão caminhando para humanizar a natureza – construindo direitos sociais e ambientais – de forma histórica – garantindo a partir do presente a sustentabilidade do futuro – sem fronteira – no sentido de se referenciar ao conjunto dos povos – e radicalmente democrática – articulando requisitos de igualdade (justiça social), de liberdade (expressa na diversidade cultural) e de compromisso com o coletivo na gestão pública. (SCHERER-WARREN, 1999, p.77)

Os valores da autonomia, da cidadania e da justiça social são considerados

princípios básicos da educação, conforme, explica Pelicioni:

A educação ambiental deve, portanto, capacitar os indivíduos ao pleno exercício da cidadania, permitindo a formação de uma base conceitual suficientemente diversificada técnica e culturalmente, de modo a permitir que sejam superados os obstáculos à utilização sustentável do meio [...]. Nos níveis formais e informais tem procurado desempenhar esse difícil papel resgatando valores como o respeito à vida e à natureza, entre outros, de forma a tornar a sociedade mais justa e feliz. (Pelicioni, 2002)

A educação ambiental prepara os cidadãos para reflexões críticas e possibilita práticas conscientes em um espaço físico onde é crescente o número de pessoas, sendo esse espaço o único que proporciona a busca de recursos naturais; portanto, a responsabilidade pela preservação e conservação é da sociedade como um todo.

Nesse sentido Reigota salienta que:

A educação ambiental não deve perder de vista os complexos desafios políticos, ecológicos, sociais e econômicos que apresentam a curto, médio e longo prazo. Permite demonstrar a velocidade em que as mudanças ocorrem e como os acontecimentos estão inseridos em várias temporalidades: a curta duração, a dos acontecimentos breves, com datas e lugares determinados; na média duração, no decorrer da qual se dão à conjunturas, tendências políticas e/ou econômicas, que por sua vez, se inserem em processos de longa duração, com permanências e mudanças que parecem imperceptíveis. É o ritmo das estruturas, tais como a constituição de amplos sistemas produtivos de relações de trabalho, as formas de organização familiar e de sistemas religiosos, a constituição de percepções ecológicas estabelecidas na relação entre homem e natureza. (REIGOTA, 2003)

A atual Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em cinco de outubro de 1988 e preceitua, em seu Art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

O Brasil possui um olhar diferenciado do setor produtivo e do Governo no sentido de se buscar soluções sociais e ambientais para nosso crescimento e observa-se também forte adesão da sociedade às práticas mais conscientes de

consumo, com cidadãos ansiosos para fazer parte da mudança. Dessa forma, o país vem se tornando modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo.

Diante dos impasses gerados por essa conjuntura social é extremamente urgente uma rediscussão sobre normas, valores, orientações culturais e formas de conhecimento em todas as sociedades. A crise ambiental é, com certeza, a maior razão para que isso ocorra com amplitude e profundidade e a educação ambiental é o processo que vai preparar os cidadãos para reflexões críticas que desencadearão práticas conscientes visando à construção de uma sociedade justa e ecologicamente sustentável.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos proposto, será realizada leitura das agendas ambientais da Administração Pública conhecida como sigla A3P; uma revisão bibliográfica sobre o tema, acessando livros publicados na área, monografias, dissertação, periódicos correntes, artigos de revistas e jornais e outros textos que por ventura sejam publicados ao longo do processo de construção desta monografia.

Para atingir os objetivos propostos, esse estudo se desenvolverá em três etapas:

Num primeiro momento será realizada uma ampla revisão bibliográfica, em nível nacional, englobando o maior número possível de aspectos relacionado ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Essa pesquisa irá fornecer um exame teórico-conceitual mais minucioso do assunto, favorecendo, ao mesmo tempo, uma visão mais aprofundada e abrangente acerca do que vem sendo discutido e efetivamente realizado no que se refere ao tema estudado. Nessa etapa, serão utilizados os vários recursos de busca eletrônicas existentes e disponíveis na atualidade.

Numa segunda etapa, serão também utilizado a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto a comunidade da Faculdade de Odontologia, para informa-los sobre o trabalho que será realizado. Para tanto, serão elaborados do termo de livre aceitação e um questionário que será aplicado junto a comunidade. Após os resultados obtidos com a pesquisa de campo serão elaborados e distribuídos materiais explicativos da Agenda Ambiental, e serão realizados, também, cursos de capacitação (multiplicadores em Educação Ambiental) com a finalidade de promover na Faculdade de Odontologia a prática interdisciplinar dos temas em meio ambiente.

Em uma terceira etapa tem como base a sistematização dos dados, propondo uma gestão ambiental integrada para o manejo dos recursos naturais disponíveis na Unidade e o controle e monitoramento desses recursos, garantindo assim o planejamento e gerenciamento para melhoria das condições de sustentabilidade da comunidade acadêmica da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Agenda Ambiental estimula os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades cotidianas, que irão gerar a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais, por meio do uso

racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

As ações prioritárias da A3P na Faculdade de Odontologia serão desenvolvidas em torno dos Eixos Temáticos do programa que são: Uso Racional dos Resíduos; gestão Adequada dos Resíduos, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Sensibilização e Capacitação dos Servidores e Licitações Sustentáveis.

Sabe-se que é impossível mudar uma realidade sem conhecê-la objetivamente, portanto o desenvolvimento de um processo de educação ambiental implica que seja feito, inicialmente, um diagnóstico situacional, a partir do qual serão estabelecidos os objetivos a serem alcançados.

Sabendo que é uma realidade que está presente em quase todas as áreas e setores buscará se identificar no edifício da Faculdade de Odontologia quais são os desperdícios cotidianos e onde esses desperdícios podem ser trabalhados, demonstrando dessa forma a relevância da implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) na unidade, que irá reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional e definindo, também, os pontos positivos e negativos das ações propostas, bem como os entraves e as oportunidades de melhoria contínua.

As ações propostas com a implantação da Agenda Ambiental visam impactar, com ações positivas em favor da sustentabilidade, os servidores efetivos, terceirizados e cidadãos em geral bem como servir de modelo para outras instituições governamentais.

O projeto é a realização de uma meta institucional com objetivo estratégico de promover a consciência de sustentabilidade onde vários benefícios serão ofertados, visando a conquista de maior adesão dos servidores aos propósitos de sustentabilidade defendidos pela Agenda Ambiental, dando maior visibilidade às ações voltadas para preservação ambiental promovidas pela Faculdade de Odontologia, elevando o nível de consciência e de participação dos servidores nas questões ambientais, fortalecendo as parcerias institucionais e estreitando o diálogo com outros órgãos governamentais visando à troca de experiências exitosas e desenvolvendo ações que proporcionem um ambiente de trabalho cada vez mais favorável.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

QUADRO I - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL

NA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFMG

TEMA	AÇÕES
I. IMPLEMENTAÇÃO/PLANEJAMENTO	<p>1.Criação e regulamentação da Comissão gestora da A3P</p> <ul style="list-style-type: none">a) Formar a comissão com servidores de diferentes setores da instituição;b) Oficializar a comissão por meio de instrumento legal pertinente. <p>2.Diagnóstico ambiental da instituição</p> <ul style="list-style-type: none">a) identificação de pontos críticos;b) avaliação dos impactos ambientais e desperdícios;c) mapear gastos da entidade com energia, água, papel e outros materiais de expediente e recursos naturais;d) levantamento dos programas de qualidade de vida no ambiente de trabalho, saúde e segurança do trabalhador;e) realizar uma pesquisa de opinião pública sobre a importância da agenda para a instituição. <p>3. Definição de projetos e atividades a partir do diagnóstico, priorizando as situações mais críticas.</p> <ul style="list-style-type: none">a) elaborar planos e programas voltados à eliminação ou minimização dos impactos ambientais gerados no ambiente de trabalho, bem como para a qualidade de vida, saúde e segurança dos trabalhadores;b) implantar programa de substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente;c) elaborar questionário para distribuir a todos os funcionários, sobre o papel de cada um na realização dos objetivos do órgão e na

	<p>economia de recursos.</p> <p>d) sistematizar o resultado dos questionários;</p> <p>e) produção ou compra de lixeiras, que viabilizem a coleta seletiva;</p> <p>f) cadastrar-se na Rede A3P.</p> <p>4. Avaliação e Monitoramento</p> <p>a) avaliação sistemática;</p> <p>b) verificação do desempenho ambiental;</p> <p>c) identificação de falhas e pontos de melhoria;</p> <p>d) replanejamento de procedimentos;</p> <p>e) identificação de ações de controle;</p> <p>f) identificação de indicadores de aprimoramento.</p> <p>5. Elaboração do Plano do Comunicação</p> <p>a) apresentação da proposta de uso racional e combate ao desperdício aos dirigentes;</p> <p>b) campanha de sensibilização dos servidores com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos;</p> <p>c) produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.</p> <p>6. Elaboração de Plano de Capacitação e Formação da Comissão Gestora da A3P, dos servidores e dos funcionários terceirizados por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas, etc.</p>
<p>II. USO RACIONAL RECURSOS/COMBATE AO ESPERDÍCIO</p>	<p>1. Consumo do papel</p> <p>a) levantamento e acompanhamento do consumo de papel usado para impressão e cópias;</p> <p>b) levantamento das impressoras que precisam de manutenção ou substituição;</p> <p>c) uso de papel frente e verso;</p>

	<p>d) confecção de blocos de anotação (com papel usado só de um lado);</p> <p>e) uso de papel não-clorado ou reciclado.</p> <p>2. Consumo de energia</p> <p>a) fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo;</p> <p>b) levantamento e acompanhamento do consumo de energia;</p> <p>c) propor implantação de sensores em banheiros;</p> <p>d) conscientização através de campanhas para:</p> <p>e) desligar luzes e monitores na hora do almoço;</p> <p>f) fechar as portas quando ligar o ar condicionado;</p> <p>g) aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho –ventilação, luz solar;</p> <p>h) desligar um dos elevadores em horários específicos.</p> <p>3. Consumo de copos plásticos</p> <p>a) conscientização para uso de copos individuais não-descartáveis;</p> <p>b) compra de “canecas” para todos os servidores.</p> <p>4. Consumo de água</p> <p>a) levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo;</p> <p>b) levantamento e acompanhamento do consumo de água;</p> <p>c) conscientização para o não desperdício da água.</p>
--	---

III. GESTÃO DE RESÍDUOS	<p>1. Adequação ao decreto presidencial 5.940 de 25/10/2006:</p> <p>a) instituir uma comissão setorial de coleta seletiva com um representante por unidade e envolver outros órgão alocados no mesmo prédio ou condomínio;</p> <p>b) implantação da coleta seletiva (Resolução do CONAMA nº 275 de 25/04/01 – Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva);</p> <p>c) doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.</p> <p>2. Destinação adequada dos resíduos perigosos (p. ex. resíduos de saúde, lâmpadas fluorescentes, etc.)</p>
IV. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	<p>1. Propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens e materiais; contratações de serviços e projetos ambientalmente saudáveis como por exemplo:</p> <p>a) compra de impressoras que imprimam em frente e verso;</p> <p>b) constar no contrato de reprografia a impressão dos documentos em frente e verso;</p> <p>c) compra de papel não-clorado ou reciclado;</p> <p>d) constar nos contratos de terceirizado adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos</p> <p>e) e a capacitação dos funcionários para desempenho desses procedimentos.</p>
V. QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	<p>1. Implantar programas de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho como por exemplo:</p> <p>a) implantar programa de prevenção de riscos ambientais;</p> <p>b) formação da comissão de prevenção de acidentes e brigadas de incêndio;</p> <p>c) manutenção ou substituição de aparelhos</p>

	<p>que provocam ruídos no ambiente de trabalho;</p> <p>d) promover atividades de integração no local de trabalho e qualidade de vida como: ginástica laboral, oficinas de talento, etc.</p>
VI. DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	<p>1. Segue abaixo uma proposta de roteiro, que a equipe de trabalho pode seguir em cada setor da Instituição com seus respectivos servidores, para divulgação e mobilização:</p> <p>a) apresentar aos funcionários o resultado do diagnóstico, com a presença dos dirigentes, fazendo comparação com os gastos de outros órgãos que aderiram a A3P e explicar os impactos que o desperdício pode causar ao meio ambiente e aos cofres públicos;</p> <p>b) apresentar o resultado do questionário e abrir um espaço para o debate sobre o mesmo;</p> <p>c) convidar um representante do MMA para apresentar o programa A3P e fazer uma descrição rápida dos órgãos que aderiram o Programa;</p> <p>d) apresentação de representante(s) da(s) cooperativa(s) de material reciclável;</p> <p>e) apresentação cultural (música, teatro e/ou outros) que se relaciona com o trabalho da A3P, com distribuição de kits (coletores, bloco de papel reutilizado e outros);</p> <p>f) apresentar a proposta de trabalho de acordo com a realidade da entidade, incentivando o debate dos participantes, a fim de finalizar a proposta.</p>

5 CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO

Meta	Especificação da etapa/fase	Início	Término
Implantar e implementar a	Criação e regulamentação da	Janeiro/2017	Dezembro/2017

A3P Faculdade de Odontologia/UFMG	Comissão Gestora da A3P Odontologia.		
Plano de capacitação para as Comissões Gestoras	Elaboração de oficinas; Encontros para avaliação/monitoramento.	Janeiro/2017	Janeiro/2018
Campanha de comunicação institucional	Exposição da A3P e do vídeo institucional para os servidores; Definir um espaço para socializar informações e dicas sobre o tema; Produzir material informativo referente ao tema.	Fevereiro/2017	Dezembro/2017
Minimizar os impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho	Sensibilização dos servidores através de encontros, oficinas etc. quanto ao uso racional dos recursos.	Janeiro/2017	Dezembro/2017
Potencializar a coleta seletiva	Organizar evento informativo sobre o processo de coleta seletiva; Aquisição e disponibilização dos coletores em lugares acessíveis e estratégicos; Realização de campanhas sensibilizadoras sobre a separação dos resíduos; Contato com o órgão que realiza a coleta seletiva para novas estratégias de coleta	Fevereiro/2017	Dezembro/2017
Reduzir o uso dos recursos naturais, dos bens públicos e utilizá-los racionalmente	Mapear gastos da entidade com energia, água, papel e outros materiais de expediente e recursos naturais; Desenvolver campanhas educativas; Definição de estratégias para uso racional como impressão	Janeiro/2017	Janeiro/2018

	frente e verso, desligar um dos elevadores e ar condicionado em horário de menor uso.		
Adotar a licitação sustentável, introduzindo critérios socioambientais nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de	Compra de papel não clorado ou reciclado; compra de impressoras que imprimam frente e verso; constar nos contratos de terceirizados e serviço de limpeza adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e a capacitação dos funcionários para desempenho desses procedimentos; utilizar madeira certificada.	Março/2017	Dezembro/2017
Promover a substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente.	Conscientização para o uso de copos individuais não descartáveis; Compra de “canecas” para todos os servidores.	Março/2017	Março/2018

Conscientização para o uso de copos individuais não descartáveis; Compra de “canecas” para todos os servidores.	Promover concursos internos; Instituir premiação para as idéias mais criativas e inovadoras.	Fevereiro/2017	Fevereiro/2018
--	---	----------------	----------------

6 CONCLUSÃO

A crise ambiental no mundo reflete o modelo contemporâneo constituído de sociedade de produção e consumo, provando, assim, a necessidade e importância de novos saberes e conhecimento para lidar com essa crise.

As diferentes tecnologias implicam mudanças nas atitudes, valores e comportamentos, nos processos mentais e perceptivos, demandando novos métodos educacionais e racionalidades sintonizadas com as demandas atuais.

A educação ambiental surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória cultural e social. Sua perspectiva crítica e emancipatória visam à deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva por mudanças culturais e sociais são indissociáveis.

A educação ambiental contribui, portanto, com o processo Estado x Sociedade Civil e possibilita a definição das políticas a partir de um diálogo. Nesse sentido, a construção da Educação Ambiental como política pública implica processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de gestores ambientais, comunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental com responsabilidade.

A pesquisa advinda da implantação da Agenda ambiental na Faculdade de Odontologia destacará a percepção dos cidadãos frente às questões ambientais, o que evidencia a importância dessas questões na construção de indivíduos com uma visão crítica e transdisciplinar, estimulando a sociedade a se relacionar melhor com o meio ambiente e entendendo que todos fazem parte de um único sistema ecológico, portanto, sua participação individual e, por conseguinte, coletiva, modificará positivamente o meio ambiente garantindo dessa forma a sobrevivência do Planeta e da sociedade no futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1998.

CANÂL, Pablo. **Ecologia y escuela teoria e prática de la educación ambiental**. Barcelona: Editorial Laia, 1986.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: SENAC, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Editora Gaia, 1992.

IBAMA/UNESCO. **Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**, 1997.

MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antônio. **O que é ecologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. (Coleção Priemrio Passos).

PELICIONO, M. C. F.; PHILIPPO JR.; A. **Meio Ambiente, direito e cidadania: Uma interação necessária**. São Paulo: Signus Editora, 2002.

REIGOTA, Marcos. In: REIGOTA, Marcos; POSSAS, Raquel; Ribeiro; RIBEIRO, Adalberto. **Trajetórias e narrativas através da educação ambiental**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

STRAUCH, M. Gestão de recursos naturais e resíduos. In: STRAUCH, M.; ALBUQUERQUE, P.P. **Resíduos**: como lidar com recursos naturais. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 29-82.